



## Geografia da população e seus desdobramentos enquanto conteúdo escolar no 7º ano das Escolas Estaduais de Francisco Beltrão - Paraná

Najla Mehanna Mormul\*

Eduardo Donizeti Giroto\*\*

**Resumo:** Este artigo discute as abordagens da Geografia da População nos livros didáticos de Geografia do 7º ano das escolas estaduais de Francisco Beltrão, PR. A escolha justifica-se porque o conteúdo populacional é expressivo nesse ano. Para tanto, realizamos breve análise da consolidação da Geografia Escolar no Brasil e sua relação com a Geografia da População. E, analisamos os conteúdos da população nos livros didáticos pesquisados. De modo geral, os resultados da pesquisa apontam que apesar do predomínio de abordagens quantitativas houve avanços nas discussões teórico-metodológicas. Logo, ao trabalhar com dados populacionais devemos considerar os processos, movimentos e contradições existentes na produção do espaço geográfico.

\* Doutora em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professora adjunta no curso de Geografia da Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE) - Campus Francisco Beltrão.

\*\* Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor adjunto no Departamento de Geografia da USP.

## Geography of population and its developments as scholar content in the 7th year of State Schools in Francisco Beltrão – Paraná

**Abstract:** This article discusses approaches about the geography of population in the geography textbooks of the 7th year of state schools from Francisco Beltrão, PR. The choice is justified because the content about population is expressive on this year. Therefore, it was realized a brief analysis about the consolidation of scholar geography in Brazil and its relation with the population geography. Furthermore, it was analyzed contents about population in the textbooks that were been researched. Altogether, the search results show that, although has had prevalence of quantitative approaches, there were advances with theoretical and methodological discussions. As soon, when is worked with population data, it is should considered the process, movements and contradictions with the production of geography space.

### Palavras-chave:

Geografia; Geografia da População; Livro Didático; Ensino de Geografia.

### Key-Words:

Geography; Geography of population; textbooks; Geography teaching.

## Introdução

O presente texto é fruto de uma inquietação a respeito da Geografia da População, em especial, no que se refere à forma como os conteúdos sobre população são apresentados nos livros didáticos destinados ao 7º ano da educação básica. Para tanto, foram realizados levantamentos e análises nos livros didáticos de Geografia adotados no 7º ano das escolas públicas estaduais de Francisco Beltrão/PR. Com destaque para o *Projeto Radix: geografia* (2009) e *Projeto Araribá* (2010). Desse modo, buscamos fazer referências sobre a concepção teórica e metodológica predominante na abordagem dos temas sobre população.

Vale ressaltar que o conteúdo sobre população, sendo ela brasileira ou mundial, não consta em todos os anos do ensino fundamental II, o que comumente ocorre é a presença do tema população brasileira aparecendo de forma mais efetiva no 7º ano, enquanto nos outros anos a presença desse tema é pouco expressiva. Diante do exposto justificamos a escolha do ano e, também, enfatizamos que a escolha pelas escolas públicas estaduais vincula-se ao fato de que a rede estadual de ensino, inclusive no município de Francisco Beltrão/PR, abrange um grande número de alunos. Portanto, a forma como são abordados os temas relacionados à população se reverberam de uma forma ou de outra na concepção de mundo desses alunos.

Neste sentido, optamos em realizar uma análise qualitativa, o que significa dizer que por meio dos livros didáticos e, também, da leitura de obras de alguns autores como George (1971), Damiani (2008), Moreira (1987), entre outros. Realizamos observações e análises dos conteúdos que nos permitiram identificar os desafios e possibilidades existentes no ensino de Geografia ao tratar os assuntos relacionados à dinâmica populacional.

O texto encontra-se dividido em três partes, no primeiro momento foi realizada uma breve discussão sobre a trajetória da Geografia escolar, elaborando um breve apanhado dos principais elementos que podem nos auxiliar a compreender, mesmo que parcialmente, a história da Geografia escolar brasileira. Na segunda parte, discutimos algumas concepções teórico-metodológicas referentes à Geografia da População, seu conteúdo e, sobretudo, as questões metodológicas relacionadas ao ensino. Por último realizamos concisas considerações sobre como estão apresentados os conteúdos populacionais nos livros didáticos de Geografia escolhidos para o 7º ano das escolas estaduais de Francisco Beltrão/PR, buscando avaliar os avanços e desafios existentes ao se trabalhar com os temas populacionais na Geografia, as contribuições, os limites presentes nesses livros e a importância do professor enquanto mediador.

## Breve trajetória da Geografia escolar

A Geografia instituída enquanto disciplina escolar no século XIX visava contribuir para construir e fortalecer a ideia do nacionalismo patriótico, em consonância com as condições políticas do império conforme aponta a pesquisa desenvolvida por Vlach (1988). Para tanto, baseava-se no ensino das riquezas naturais e humanas presentes na imensidão do território brasileiro, tendo como principal referência a obra *Corografia Brasileira* de Aires de Casal. Durante um longo período, a Geografia Escolar sofreu poucas alterações em seus conteúdos e na didática de ensino, predominando uma concepção de ensino de geografia que será, posteriormente, denominada de “nomenclatura”, principalmente por autores como Delgado de Carvalho e Aroldo de Azevedo que, em seus principais escritos, irão tecer profundas críticas a mesma.

Rocha (2000), em sua proposta de periodização da Geografia Escolar no Brasil aponta que este primeiro período entre a criação do Colégio Pedro II e a constituição dos primeiros cursos superiores de Geografia a partir de 1930 será, de fato, marcado por uma estrutura curricular baseada na exposição de conteúdos desarticulados. Faziam parte do currículo dessa disciplina conteúdos como descoberta da América, divisão da América em regiões, mares, golfos e estreitos, rios, lagos, serras e vulcões e, assim, sucessivamente em relação aos outros continentes, sem que houvesse um processo de correlação entre esses diferentes conteúdos e escalas de análise. Tal fato se explica, segundo o autor, pela ausência de um processo de formação em geografia, tanto de bacharéis quanto de licenciados, que provocasse a

reflexão sobre essa ciência a partir das discussões teórico-metodológicas que vinham se desenvolvendo, principalmente, na Alemanha e na França. Além disso, com a ausência dessa formação, o ensino de geografia ficava a cargo de profissionais liberais, formados em diferentes áreas (principalmente médicos, engenheiros e advogados), o que contribuía para acentuar a sua caracterização de um saber mnemônico e de ilustração. O currículo existente no Colégio Pedro II<sup>1</sup> de 1850 nos permite perceber como a Geografia era descritiva, mnemônica, enciclopédica e muito distante da realidade do aluno.

A partir da década de 1930 no Brasil, a Geografia e seu ensino ganharão uma nova dimensão, com a formação dos primeiros cursos superiores de Geografia. Vale ressaltar que uma primeira tentativa de organização de um curso superior na área foi realizada em 1926, mas se tratava de um curso livre, sem o reconhecimento legal. É a partir da criação do Estatuto das Universidades Brasileiras (1931) e da fundação da USP (1934) e da Universidade do Brasil (1935) que a Geografia se institucionaliza e ganha força tanto como ciência quanto como disciplina escolar. Além disso, a fundação da Associação de Geógrafos do Brasil (AGB) em 1934, e a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1938, contribuem nesse processo de institucionalização e sistematização da Geografia enquanto ciência moderna no Brasil.

Para tanto, a vinda de professores de Geografia, oriundos principalmente da França, contribuíram nesse movimento, com destaque para a participação de P. Deffontaines<sup>2</sup> e P. Monbeig<sup>3</sup>. Nesse momento, o ensino de Geografia procura se afastar daquela Geografia enciclopédia e de relato para se aproximar do debate sobre uma Geografia “moderna”, uma Geografia verdadeiramente científica preocupada, portanto, com seu método, objetos e objetivos.

No âmbito metodológico, a formação desses primeiros cursos de ensino superior representou avanços no ensino de geografia, não mais restrito à descrição dos fenômenos ou sua mera enumeração, mas incorporando elementos de análise, interpretação e correlação geográfica. A orientação moderna de Geografia, como apontou Rocha (2010) ao analisar parte da obra de Delgado de Carvalho, contribuiu para que as críticas à Geografia Nomenclatura avançassem resultando em novas práticas didáticas que implicaram em mudanças na formação dos futuros professores de Geografia.

Do ponto de vista político, o ensino de Geografia produzido a partir do processo de institucionalização possuía ainda fortes elementos de enaltecimento do país. Tal enaltecimento não era mais com base na enumeração e descrição das riquezas naturais existentes no país, mas a partir da compreensão da dimensão geográfica existente nas relações entre o homem e a terra no Brasil, como pode ser verificado no trecho a seguir retirado de livro didático de Geografia para o Ensino Secundário escrito por Aroldo de Azevedo:

Dispomos de vantagens que outros países não conhecem; somos um povo jovem, ainda em formação, que tem diante de si uma longa estrada a percorrer; as dificuldades do presente só devem ser encaradas como estímulos para a realização de grandes tarefas, que a nossa inteligência e o nosso bom-senso saberão executar com absoluto êxito (AZEVEDO, 1951, p. 7).

A crítica a esse enaltecimento do país que dá margens à construção de certo ufanismo acentuar-se-á na Geografia Brasileira a partir do final da década de 1960, em decorrência, também, do contexto sócio-político inaugurado com o golpe militar de 1964. Com o golpe o ensino de Geografia se tornou mais uma ferramenta ideológica do governo militar. Em certa medida, naquele contexto, a educação, através da escola formal, passou a cumprir a função de reproduzir as condições políticas e econômicas para que o regime (e todos aqueles que com ele lucravam) pudessem se reproduzir.

Saviani (2008) aponta que, com a aprovação da Lei da Reforma Universitária (5540/68) e da Lei 5692/71 que reorganizou a Educação Básica no país, o regime militar constrói e difunde uma concepção de educação baseada na ideia da racionalidade técnica. A compreensão era de que o desenvolvimento do país estava atrelado à formação de profissionais e técnicos nos mais diferentes níveis, sendo essa a principal função que deveria cumprir o sistema educacional brasileiro. Nesse contexto, busca-se esvaziar a escola e a universidade das reflexões que poderiam resultar na luta contra as ações propostas pelo regime militar e também dos conteúdos vinculados a essas reflexões.

<sup>1</sup> O Colégio Pedro II está localizado no estado do Rio de Janeiro. Foi fundado em 1837 e integrava um projeto civilizatório mais amplo do império do Brasil, do qual faziam parte a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838) e o Arquivo Público do Império (1844). No plano da educação pretendia-se a formação de uma elite nacional. Deste modo, a instituição propunha-se formar quadros políticos e intelectuais para os postos da alta administração, principalmente pública.

<sup>2</sup> Deffontaines iniciou seu contato com o Brasil na década de 1930, fundando a cadeira de geografia na USP em 1935. Nos anos seguintes, mesmo sem se fixar de maneira definitiva no país, manteve contatos regulares com o Brasil, tendo sido o criador da cadeira de geografia na UDF, onde lecionou de 1936 a 1938. Foi também um dos principais responsáveis pela criação da Associação dos Geógrafos Brasileiros, do Conselho Nacional de Geografia e da Revista Brasileira de Geografia. Promoveu, igualmente, a participação do Conselho Nacional de Geografia do Brasil no Comitê Internacional de Geografia (FERREIRA, 1998).

<sup>3</sup> Pierre Monbeig trabalhou e estudou o Brasil entre 1935 e 1946, período em que ocupou cadeira de professor da Universidade de São Paulo.

Com o intuito de esvaziar tais conteúdos, as disciplinas de História e Geografia foram diluídas e agrupadas em uma nova denominação: Estudos Sociais. Durante o regime militar, tal disciplina cumpriu a função de difundir conteúdos vinculados aos símbolos nacionais (hinos, brasões, leis), bem como a ideia de civismo que os militares queriam inculcar nas novas gerações. Debates mais profundos sobre direitos, processos e estratégias socioespaciais deveriam, portanto, ser excluídos.

É nesse contexto que surge o movimento de renovação teórico-metodológica da Geografia no Brasil. Influenciado pelos debates produzidos na Geografia, principalmente após a publicação do livro *A Geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer* a Guerra de Y. Lacoste em 1976, tal movimento pressupunha a necessidade de construir outra Geografia que fosse capaz de não apenas interpretar, mas de transformar a realidade brasileira. Tal movimento aproximou a Geografia das perspectivas teórico-metodológicas do materialismo histórico-dialético, fazendo com que novos conteúdos e interpretações fossem incorporados no ensino da Geografia e na formação de professores. No entanto, se essa Geografia ensinada em sala de aula teve o mérito de pensar a relação entre sociedade e natureza na produção do espaço, colocando no centro da análise não mais o homem como indivíduo isolado, dotado de uma liberdade absoluta de ação, mas o homem concreto, imerso nas relações sociais, por outro lado o que se percebeu foi um importante desacerto entre as discussões no meio acadêmico e as práticas nas salas de aula das escolas básicas.

Apesar de algumas tentativas de construção do diálogo entre os professores da universidade e da educação básica, como o que ocorreu no processo de elaboração da proposta curricular de Geografia do Estado de São Paulo em 1987 (KIMURA, 2009), poucas foram as implicações dessa renovação nas práticas didático-pedagógicas no ensino de Geografia. Com isso, o resultado verificado, em muitos momentos, foi a continuidade de um ensino conteudista, distante da realidade dos alunos e que, embora pretendesse estimular o raciocínio crítico dos alunos, reproduzia didaticamente, práticas de memorização e reprodução. Kimura (2008) reflete sobre essa questão:

Como um determinado tema crítico e questionador será compreendido pelo aluno se ele for tratado como um receptáculo vazio e dócil? Não é esse o efeito de um curso que se desenvolve somente por meio de aulas expositivas que repetem oralmente um texto para os alunos ou pede-lhes que respondam questões do livro didático? (p.80).

Fortes críticas (VESENTINI, 1987; ARAÚJO & MAGNOLI, 1991; MORAES, 1995) foram feitas a essa Geografia, denominada de “Geocrítica”, principalmente a partir de meados da década de 1980 quando então as mudanças ocorridas no mundo colocaram em evidência o debate e o conteúdo da Geografia Crítica. Nesse período emerge com força a chamada Geografia humanística tanto nas universidades quanto nas escolas. E com ela a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que se tornou um marco na reorientação do ensino da Geografia nas escolas do país. Pautados na concepção humanista da Geografia, oficializa-se uma Geografia de fundamentação fenomenológica e ensinada a partir de teorias construtivistas. O ensino de Geografia, nessa concepção, deveria estimular nos alunos a habilidade de perceber o espaço partindo de referências concretas de seu lugar de vivência. Com isso, categorias como lugar ganham visibilidade nos PCNs de Geografia e as análises individuais ganham projeção, ao passo que as análises sociais perdem espaço retratando bem os interesses políticos que estavam presentes na construção desse documento norteador da educação brasileira nesse período e ainda presente em muitos estados brasileiros.

Em relação ao Estado do Paraná a partir da eleição do governador Roberto Requião em 2003 iniciou-se um processo de elaboração de Diretrizes Curriculares que orientassem o ensino das variadas disciplinas do Ensino Fundamental de 6º a 9º ano e Ensino Médio. Assim, em 2008 foram publicadas as Diretrizes Curriculares Estaduais em oposição aos Parâmetros Curriculares Nacionais. No que diz respeito ao ensino de Geografia houve avanços, sobretudo por possibilitar maior autonomia ao professor na escolha dos conteúdos e no emprego de metodologias diversificadas voltadas ao ensino e aprendizagem dos conteúdos curriculares. O documento tem um viés materialista histórico-dialético;

no entanto, se analisado de forma mais acurada, podemos perceber nele certo hibridismo metodológico, inclusive com a fenomenologia.

Apesar de reconhecermos as limitações existentes nas Diretrizes Curriculares Estaduais de Geografia, não temos aqui a pretensão de esgotá-las e sim problematizá-las, pois na medida em que as diretrizes se tornaram documentos norteadores para o ensino suas concepções incidiram diretamente na escolha dos livros didáticos e, também, de modo indireto e/ou direto na forma como os professores planejam suas aulas a partir da elaboração das Propostas Pedagógicas Curriculares (PPC) de cada disciplina que orientam a abordagem dos conteúdos geográficos.

Enfim, em nosso entendimento a melhor contribuição da DCE de Geografia do Paraná está na maior autonomia que os professores passaram a ter em relação à escolha dos conteúdos e de categorias analíticas para ensinar Geografia, tendo como referencial inicial a realidade dos alunos, o que contribui para construção do pensamento autônomo e transformador, uma vez que os professores são parte integrante do processo e não meros reprodutores de saberes já produzidos.

## Geografia da População: algumas reflexões

Pierre George (1951) é considerado o responsável pela introdução da terminologia Geografia da População na bibliografia geográfica de seu tempo. A partir de então, os estudos realizados sob o título de Geografia da População se tornaram abundantes e se desenvolveram em várias áreas do mundo.

A Geografia da População pode ser definida com precisão como a ciência que trata dos modos pelos quais o caráter geográfico dos lugares é formado por um conjunto de fenômenos de população que varia no interior deles através do tempo e do espaço, na medida em que seguem os outros e relacionando-se com numerosos fenômenos não demográficos (ZELINSKY, 1969, p.2).

Pierre George em *Geografia da População* (1971), obra clássica sobre o estudo da população, abordou primorosamente a questão da distribuição espacial da população, fundando-se em aspectos de densidade. Trata-se de uma obra importante para os estudos de população e está organizada em duas partes, a primeira se limita a demonstrar a distribuição da população mundial e a segunda às perspectivas sobre os estudos de população, na qual são apresentados os dados demográficos e abordada a questão das migrações. Nesse sentido, a obra é uma porta de entrada para os interessados nos assuntos populacionais na Geografia (MORMUL, 2013).

Em *Sociologia e Geografia* (1974) George realizou um estudo sistematizado entre essas duas ciências apresentando temas que se correlacionam. Nessa obra há um capítulo sobre o número que chama atenção pela forma como o autor trabalha com os dados, fazendo crítica aos estudos quantitativos. Isso denota um amadurecimento por parte do autor que ao relacionar as questões sociais com as demográficas atribuiu mais dinamismo as questões populacionais. Dessa forma, percebemos que a Sociologia é uma grande parceira para análise e interpretação dos estudos populacionais, e por meio dela podemos encontrar outros caminhos e percorrer diferentes espaços antes não detidamente estudados pela Geografia. Nessa troca interdisciplinar está, por exemplo, o enriquecimento de temas como a população (MORMUL, 2013).

A geografia oferece uma imagem diferencial e explicativa da repartição do número de homens na superfície do globo, baseando-se no conhecimento das relações fundamentais entre os números de homens e os meios de existência das coletividades que por outro lado já foram medidas pela estatística e pela demografia: populações rurais e populações urbanas com diferentes sistemas de exploração e com diferentes graus de desenvolvimento, populações industriais, populações com atividades de serviço em tipos de cidades ou em frações de cidades diferentes (GEORGE, 1974, p. 92).

<sup>4</sup> Entendemos a Demografia como a ciência que estuda a populacional, por meio de estatísticas que utilizam como critérios a religiosidade, educação, etnia, entre outros, influenciados por fatores como taxa de natalidade, mortalidade, fecundidade, entre outros. Considerada como um dos ramos das ciências sociais, a Demografia é uma ciência nova se comparada, por exemplo, com a Economia. O termo demografia foi empregado pela primeira vez em 1855 por Achille Guillard. Sua importância reside no fato da população ser um elemento político que caracteriza uma sociedade e, logo, tornar-se-ia necessário compreendê-la a fim de tornar possível o planejamento econômico, social ou político. (MORMUL, 2013, p.33).

Em *Geografia Ativa* (1966) George et al. reforça que a intenção do seu livro foi enfatizar a relevância da Geografia para quem desconhece sua função ou utilidade. Ao mesmo passo que alerta sobre as responsabilidades do geógrafo e, também, podemos dizer do professor de Geografia, uma vez que esse exerce relativa importância na formação de muitos sujeitos. Além de recuperar as raízes da Geografia preocupa-se em atribuir sentido e significado para essa ciência.

Logo, o autor parte da ideia de descrição para definir duas correntes principais, que podem ser consideradas como orientação de pesquisa. Assim, o autor aborda essas duas correntes, sendo que a primeira abrange relações de causalidade e pode ir até o anseio de formulação de leis da Geografia, e a segunda, conforme ele é mais diretamente utilitária. Para o autor é necessário que o geógrafo percorra e discuta com várias disciplinas, mas sem se aprofundar muito, já que o papel do geógrafo é passar uma visão ampla, mais superficial do que profunda, pertencente à reunião de olhares do que um olhar especial. (MORMUL, 2013, p.70)

Para George, a Geografia é uma ciência humana, assim, o estudo geográfico é um estudo sobre a sociedade, de uma forma mais completa, da relação da sociedade com o meio. Aponta, ainda, que o grande problema da Geografia seja, por exemplo, estudar dentro de um espaço definido todas as relações de causalidade dos fenômenos de consumo, no sentido mais amplo do termo, o que teria como pressuposto, o estudo da produção, de recursos, de grupos históricos entre outros, ou seja, novamente ele ratifica que as análises amplas dificultam o entendimento dos processos humanos (MORMUL, 2013).

Assim, o autor nos leva a pensar que a superficialidade e a enorme gama de responsabilidades, conteúdos e correlações da Geografia são os grandes obstáculos dos estudos geográficos. E, também, destaca a distância entre a Geografia escolar e a pesquisa universitária, criticando o primeiro como responsável pela abordagem de uma grande gama de conhecimentos formais que oferecem uma imagem distorcida da Geografia. A partir dessa rápida explanação acerca do pensamento de George podemos notar que para ele a riqueza da Geografia consistia na possibilidade de entendimentos dos fenômenos “menores”, já que a ânsia de dar conta de uma gama complexa de informações tenderia a levar a Geografia às formulações generalizadoras. Contudo, devemos ratificar que essa compreensão acerca dos estudos geográficos, não se traduz em uma análise rasa ou empobrecida da Geografia, ao contrário ao defender análises mais específicas George defendia um maior aprofundamento do tema em detrimento de abordagens muito amplas e superficiais, sobretudo, por conta do tamanho de abrangência das áreas estudadas.

Guidugli (1997) afirmou que o tema da população nos Estados Unidos na Geografia passou a ter influência comparável a de Pierre George, na França. Contudo, Trewartha (1954) asseverava que a Geografia da População tem sido, e continua sendo descuidada, em prejuízo da Geografia em geral. E defendia que um esforço contínuo deveria ser realizado para desenvolver um conceito sólido acerca da Geografia da População que pode esse pudesse ser aplicado amplamente, tanto no ensino, quanto na pesquisa.

Os geógrafos, principalmente os estadunidenses, não tinham feito da população uma de suas maiores preocupações, negligenciando-a em tratamento sistemático especial. Retomando a história da Geografia, pouco encontrou que justificasse sua afirmação, exceto um autor (Hettner) que citou que a população possuía uma grande influência sobre os temas geográficos, mas não realizou nenhuma tentativa verdadeira de analisar seus conteúdos e métodos. Vidal de La Blache, em Princípios de geografia humana, reconhecia a população como fornecedora de um elemento fundamental do campo, mas enfatizava a distribuição de números e padrões de densidade associados. Nenhuma tentativa foi feita para organizar o seu conteúdo e para reconhecer como uma distinta e fundamental subdivisão do campo da geografia humana. Jean Brunhes enfatizou os números

– e não suas qualidades – e afirmou que os homens estavam pegos e contados pelas habitações, sendo o povoamento através de moradias um fenômeno mais geográfico que o povoamento de seres humanos. Destacou uma publicação de Pierre George como uma introdução à geografia populacional do mundo, como uma tentativa de apresentar um livro sobre o tema, abrindo caminho para quem deseja se aperfeiçoar (CAMPOS, 2009, p.62).

Nos estudos de Hartshorne (1899- 1992), por exemplo, várias partes do campo da Geografia, tais como Geografia Física, Geografia Política e Geografia Econômica, são apontadas para o tratamento especial, mas não é feita referência à Geografia da População como uma subdivisão sistemática. Ratificando, desse modo, o que Trewartha já mencionava.

Guidugli (1997) afirma que outros aportes qualificados de Geografia da População se expandiram pelo mundo. Guidugli (1997) cita como exemplo as contribuições produzidas na Rússia a partir dos trabalhos de Melezin (1963) e de Pokshishevskiy (1966), e, também, na Índia com Chandna & Sidhu (1980) esses autores contribuíram para a difusão de diferentes trajetórias ou abordagens teóricas e metodológicas nos estudos da Geografia da População. Ao pesquisar essas obras averiguamos que o discurso sobre população produzidos nos mais variados lugares do mundo, tinham em comum a aspiração de concretizar uma Geografia da População, capaz de potencializar os estudos populacionais antes abordados pela Demografia<sup>4</sup>. Os estudos sobre população conquistaram espaço, inclusive, contribuindo para entendermos as características da população, as relações familiares, bem como as questões conexas ao crescimento vegetativo das várias localidades (MORMUL, 2013).

De acordo com Guidugli (1997) a partir dos anos 1950 é que se começou a elaborar uma disciplina reconhecida como Geografia da População, tendo como principal contribuição a propagação de títulos voltados ao temário da população na ciência geográfica. Nesse sentido, Guidugli (1997) afirma que a Geografia da População definiu sua posição no contexto da sociedade geográfica e passou a contribuir de forma mais substancial para a compreensão das realidades espacialmente ressalváveis.

Para Zelinsky (1969), o desígnio essencial dessa matéria é bem mais amplo e profundo que a tarefa incipiente de estabelecer onde as pessoas vivem, além de seu número e tipo. Para ele como em todos os demais campos da Geografia, o mero onde das coisas não pode ser aceito como definição suficiente do campo e do objetivo da Geografia da População. Assim, defendia que para ser analítica a Geografia deveria se ater para o caráter inter-relacionado das coisas que variam através do espaço.

Para Guidugli (1997) o desenvolvimento acanhado da Geografia da População em períodos anteriores aos anos de 1950 pode ser explicado por alguns motivos, entre eles: deficiências dos dados geográficos, principalmente, quanto à espacialização deles, maior a ênfase nos estudos regionais em que a dimensão populacional não possuía posição importante e ainda o desenvolvimento tardio da Demografia como propulsora dos estudos de população em Geografia. Superadas, segundo ele, mesmo que parcialmente, com essas dificuldades ocorreu uma disseminação dos conceitos da disciplina, ao passo que crescia a importância das questões populacionais de forma quase universal.

Diante do que foi exposto até o momento acreditamos que qualquer tentativa de análise de uma área, temática ou disciplina como a Geografia da População por si só é complexa. Uma vez que entendemos que ao estudá-la precisamos analisar os fenômenos como eles são e não como aparentam ser, ou seja, não naturalizá-los, mas contextualizá-los e/ou problematizá-los. Desse modo, defendemos que o movimento histórico e dialético não nega suas raízes, mas sim as revelam. Assim, defendemos uma Geografia da População capaz de dar vazão as contradições históricas que nos possibilite entender os fatos e fenômenos humanos como constructos históricos que merecem ser analisados com mais acuidade, para que possamos pensar geograficamente e agir localmente.

## **Análise dos conteúdos populacionais dos livros didáticos adotados no 7º ano das escolas estaduais de Francisco Beltrão/PR**

Foram muitas as abordagens teóricas e metodológicas que ocorreram no ensino de Geografia ao longo dos anos, da tradicional a crítica, as incursões pelo pensamento geográfico foram se delineando a luz do contexto histórico em que foram pensadas. No que tange a abordagem dos temas populacionais na educação básica, sobretudo nos livros didáticos destinados ao 7º ano, reconhecemos de modo geral certo predomínio de abordagens quantitativas, o que nos leva a inquirir que na Geografia há uma dificuldade em se analisar os dados populacionais para além da quantificação.

Nesse sentido, faremos breves considerações sobre a forma como os conteúdos da população estão apresentados nas obras *Projeto Araribá* e *Projeto Radix*: Geografia propostas para o 7º ano da Educação Básica. O *Projeto Araribá* possui 08 unidades a População Brasileira é trabalhada na unidade 02; a proposta estrutura-se em temas, sendo eles: Brasil: aspectos demográficos (01); A formação da população brasileira (02); Os movimentos migratórios (03) e A população e o trabalho no Brasil (04).

No tema 01 são abordadas as questões do crescimento da população brasileira desde 1872, ano do primeiro censo demográfico, até 2010. E, ainda, aparece nesse tema conceitos referentes a populoso e povoado, associando tais conceitos com a distribuição da população. Em consonância com a questão do crescimento são apresentados como principais elementos que interferem na composição da população do país os conceitos de taxa de fecundidade, taxa de natalidade, taxa de mortalidade e expectativa de vida.

A pirâmide etária retrata as mudanças ocorridas no número de homens e mulheres nos últimos 30 anos. Esse tema traz conceitos importantes, contudo há poucas problematizações. Os questionamentos avançam pouco além do senso comum.

No tema 02 são abordadas as diversidades de povos que formam a população brasileira, há também menções quanto à participação dos imigrantes. Os idosos e a mulher merecem destaque, também, nessa unidade. Gráficos estão presentes. As discussões são superficiais. Há figuras que representam a cultura do povo brasileiro nas diversas regiões do país, bem como, indicações de livros que trazem uma visão romantizada da heterogeneidade cultural. As atividades são pautadas em análises pouco reflexivas em que as questões podem ser respondidas sem interpretações ou aprofundamento do conteúdo, por exemplo, nas majoritárias perguntas de “o que é?”. Além de que apresenta estereótipos culturais.

No tema 03 são abordadas as imigrações desde sua definição e classificações (migrações internas e externas, temporária e pendular, interregional e intrarregional), apresentando diferenciações de termos como imigrante e emigrante. São utilizadas figuras, gráficos e tabelas para representar quantitativamente o fluxo migratório e, também, o número de brasileiros no mundo. É realizada uma breve alusão histórica a partir da década de 50 esclarecendo o êxodo rural, pautando sua justificativa na busca de melhores condições de vida. Também há explicações sobre os principais fluxos migratórios no Brasil e indicações de livros e leituras. Não há questões reflexivas.

No tema 04 é abordada a população economicamente ativa, a distribuição de renda, o desemprego e seus fatores, a economia informal e o trabalho infantil. Há gráficos, figuras e mapas que exemplificam sucintamente o tema. Há definição de conceitos como o IDH e o PIB, e presença de glossário. Em relação ao trabalho infantil a obra apresenta um infográfico quantitativo e qualitativo, trazendo uma discussão mais reflexiva e menos idealizada sobre o assunto acrescentando a desigualdade racial e de gênero. As atividades são mais elaboradas apresentando, inclusive, questões de vestibular.

Em relação ao *Projeto Radix*, apresenta-se 08 módulos em que a População Brasileira é trabalhada no módulo 03. A proposta estrutura-se em temas centrais, sendo eles: Brasil, um país populoso (01); Como a população brasileira cresceu? (02); A pluralidade cultural do povo brasileiro (03); Brasil, país de grandes desigualdades sociais (04); A pirâmide etária brasileira vem mudando (05).

No módulo 01 através da estatística é abordado o número de habitantes do Brasil, realizando uma comparação com outros países. Além de apresentar alguns conceitos básicos e gráficos que retratam o perfil demográfico do país em 2000. Esse tema é trabalhado com questões discursivas que, em sua maioria, exigem a simples interpretação dos gráficos, contendo somente algumas questões mais reflexivas.

No módulo 02 é abordado o crescimento da População Brasileira a partir de 1872 por meio de alusão histórica. No tema se trata, também, dos imigrantes, do crescimento natural da população, das condições de vida nas cidades e de doenças que foram causadoras de inúmeras mortes. Diferencia-se taxa de natalidade e taxa de mortalidade. A obra retrata a família tradicional como sendo a família atual. As atividades são predominantemente pautadas em análises quantitativas.

No módulo 03 são abordadas questões como a diversidade cultural, a definição de brasileiro, a densidade demográfica, a cartografia com a distribuição numérica da população brasileira e as migrações internas. Ao mesmo tempo contém figuras e mapas que exemplificam o conteúdo. As atividades exigem maior reflexão por parte do aluno para a sua resolução.

No módulo 04 é abordada a desigualdade social realizando-se uma análise da distribuição irregular da renda, as condições de moradias, índices de mortalidade, analfabetismo, desnutrição e segregação espacial. E, ainda, no módulo 05 aborda-se a pirâmide etária e a dinâmica demográfica do país. Fazem-se considerações também sobre a parcela da população mais velha e as políticas públicas referentes a ela. Há gráficos e questões de análises dos mesmos. Em algumas figuras exigem-se interpretações ressaltando a importância da vacinação e cuidados sociais com os idosos.

As duas obras analisadas abordam assuntos similares, contudo há uma diferenciação metodológica na divisão do conteúdo. O *Projeto Araribá* comparado ao *Projeto Radix* é mais superficial na problematização dos temas, no entanto possui menos análises gráficas e melhores esclarecimentos nas questões pertinentes ao trabalho infantil. O *Projeto Radix* prevalece quando trata o idoso, o perfil da população brasileira e apresenta questões mais reflexivas referentes à população brasileira. A partir desse breve panorama acerca dos livros didáticos analisados, consideramos relevante tecer algumas análises que corroboram a ideia que apesar dos avanços ainda há pouca argumentação/problematização em relação aos dados numéricos apresentados nos estudos populacionais.

O mapa (Figura 1) é um exemplo de como as questões numéricas possuem destaque nos estudos populacionais, contudo, a crítica aqui realizada não se refere ao mapa em si, sobretudo porque defendermos que o mapa é um importante recurso para o ensino de Geografia. Mas, na forma como é proposta a análise do mesmo, ou seja, por meio de questionamentos como: qual é o país mais populoso? Qual é o oitavo país mais populoso? Então, nos perguntamos qual a relevância dessas respostas se as informações existentes no mapa não forem problematizadas.

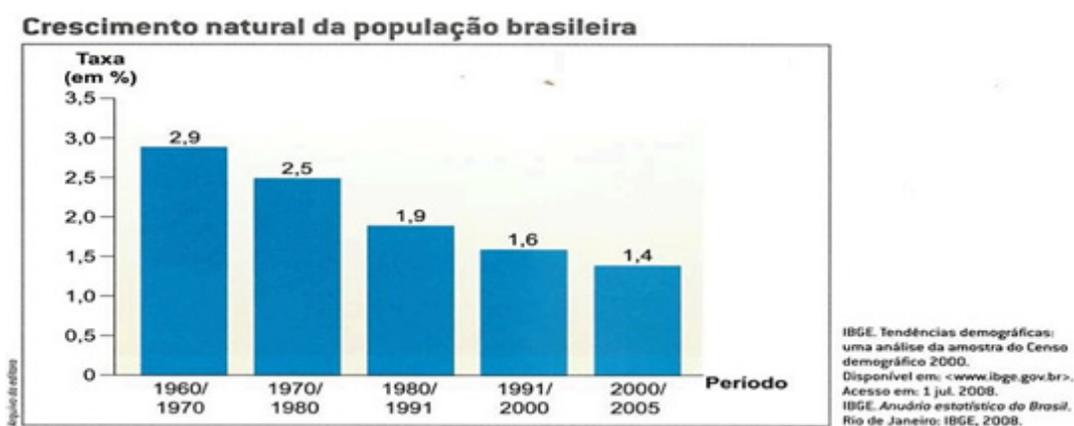
Figura 1 – Países populosos.



Fonte: PIREs, Valquíria. Projeto Radix: geografia, 7º ano, 2009, p.61

Boa parte dos conteúdos populacionais ainda hoje é tratada nos livros didáticos de forma pouco contextualizada e isso ocorre, sobretudo, porque na maioria das vezes são apresentados os conceitos pelos conceitos e com ênfase nos números, como se esses por si só fossem capazes de dar conta da realidade que os cerca. Outra questão bastante presente na análise dos livros didáticos refere-se ao crescimento vegetativo, o que exige do professor um exercício teórico e metodológico capaz de associar os conteúdos apresentados nos livros à realidade dos alunos. O gráfico a seguir (Figura 2) representa a questão do crescimento natural da população, contudo, a explicação sobre essa situação é apresentada de forma naturalizada, isto é, são tecidas considerações que associam o baixo crescimento da população nos últimos anos a entrada da mulher no mercado de trabalho, porém não são realizadas provocações no sentido de associar o crescimento populacional aos desdobramentos e exigências do sistema econômico predominante, na maioria das vezes explicações genéricas ou generalizadoras são suficientes no que tange a abordagem desse tema.

Figura 2—Gráfico de crescimento população brasileira



Fonte: PIREs, Valquíria. Projeto Radix: geografia, 7º ano, 2009, p.66.

Ao analisar os livros didáticos concordamos com Moreira (1987) ao afirmar que a abordagem sobre crescimento da população deixou de ser puramente quantitativa e voltou-se para uma análise mais qualitativa, ou seja, as teorias e políticas demográficas passaram a ser enfatizadas. Contudo, isso ocorre ainda de modo incipiente, ao menos nos livros analisados, cabendo ao professor o papel de mediar os dados apresentados nos livros didáticos com os condicionantes sociais e econômicos que na muitas vezes são determinantes em relação ao crescimento ou não da população.

Sabemos que o livro didático é um auxílio para o professor, todavia reconhecemos, também, que esse se torna um instrumento importante em virtude da demanda de trabalho dos professores e por ser um material de fácil acesso, sobretudo para os alunos.

Defendemos que os estudos populacionais para não caírem numa leitura enfadonha e desinteressante, precisam ser contextualizados, isto é, trazer a tona seu processo de construção histórica, rompendo com a naturalidade e promovendo uma leitura dinâmica e complexa da realidade (MORMUL, 2013).

Entretanto, verificamos que é possível trabalhar com esse conteúdo de forma dinâmica e instigante, mediante situações que problematizem os diferentes espaços geográficos, conforme (Figura 3).

O exemplo acima reflete uma demanda importante, ou seja, o envelhecimento populacional é uma temática que precisa ser cada vez mais discutida em sala de aula. Textos como esse potencializam o processo de ensino e aprendizagem acerca das questões populacionais, desde que se evidencie para os alunos que estudar população é mais do que saber onde as pessoas se localizam e quantas são, há muitas questões que podem ser problematizadas, o importante é promover debates em sala de aula, partindo daquilo que é próximo da realidade do aluno a fim de transformar o senso comum em conhecimento sistematizado.

Figura 3 – Box de texto extraído de livro didático sobre o envelhecimento populacional.

saiba **QUE...**

### **O envelhecimento da população merece atenção**

Com o aumento dos idosos na composição da população brasileira, o país terá de conviver com uma nova realidade demográfica e dar prioridade às políticas públicas voltadas para o atendimento dessa camada da população. Um passo importante para isso já foi tomado com a criação do Estatuto do Idoso, um conjunto de leis que visa a assegurar proteção e amparo às pessoas com mais de 60 anos de idade.

Conheça abaixo alguns artigos dessa lei.

**Art. 3.º** É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

**Art. 4.º** Nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei.

Estatuto do Idoso. Disponível em: <[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)>. Acesso em: 26 mar. 2008.

Fonte: PIREZ, Valquíria. Projeto Radix: geografia, 7º ano, 2009, p. 80.

Acreditamos que o sucesso na aprendizagem, sem dúvida nenhuma, perpassa fundamentalmente pela participação dos alunos e pelo comprometimento do professor, ou seja, o professor deve saber identificar entre o rol de conteúdos dirigidos para determinada série, qual selecionar e como dialogar com a realidade dos educandos. Problematizando o conteúdo, mobilizando os alunos na apropriação do conhecimento, uma vez que o processo de ensinar está intimamente ligado ao processo de aprender. Desse modo, o livro didático será apenas um auxílio e não algo a ser seguido sem ser questionado.

Dessa forma, os conteúdos sobre população estão de modo direto atrelado a concepção de mundo e de sociedade do professor e também dos alunos. Assim, não são os livros didáticos que determinarão o êxito na aprendizagem, os livros são complementos que o professor pode usufruir na medida de sua necessidade.

Verificamos que conteúdos acerca das questões populacionais expressos nos livros didáticos de 7º ano estão voltados na maioria das vezes em explicar a distribuição da população e enfatizar características do povo brasileiro. Damiani (2008) reforça, inclusive, a respeito da valorização dos dados quantitativos nos estudos populacionais em detrimento dos aspectos humanos, históricos.

Dessa forma, salientamos que a distribuição da população pode ser mais bem compreendida à luz das condições que foram criadas, ou seja, analisando a forma como as pessoas atendem suas necessidades e garantem sua sobrevivência (MORMUL, 2013). A nosso ver isso cria potência e enriquece os estudos populacionais, pois ao invés de ficarmos atrelados a conteúdos estéreis precisamos associar a dinâmica populacional aos fatores econômicos, políticos, culturais, sociais e ambientais, obviamente que não se trata de tarefa fácil, mas certamente abordagens mais críticas e contextualizadas com a vida dos alunos terão mais sentido e significado.

Uma abordagem contextualizada da população possibilita os alunos perceberem que não é possível se satisfazer apenas com os índices estatísticos, pois esses podem disfarçar fortes contrastes econômicos, sociais, tanto locais quanto globais. Para isso, é importante desenvolver metodologias de estudos que contribuam no entendimento da dinâmica demográfica e seus condicionantes de forma crítica e participativa. Com isso potencializamos os conteúdos dos livros didáticos e nos tornamos protagonistas do processo de ensino e aprendizagem.

Para superar com uma abordagem generalista dos estudos populacionais, é imprescindível, que se rompa com alguns conceitos presentes nesses estudos. Como por exemplo, a concepção de população estanque ou concebida, que muitas vezes prevalece ao se estudar essa temática, como se as pessoas num dado espaço fossem objetos de contemplação e não de investigação/ problematização.

Nesse sentido, é bom destacar que sempre há interesse por trás das políticas populacionais. É importante abordar também o papel das políticas oficiais e analisar os seus efeitos na sociedade, esta-

belecendo relações entre população, desenvolvimento e natureza, sem com isso reforçar o discurso neomalthusiano. Não é possível encarar os estudos populacionais pautados apenas em dados numéricos, é necessário compreender as diferentes e complexas relações sociais, políticas, econômicas e culturais existentes nos estudos sobre população. (MORMUL, 2013)

As migrações, como vimos, é outro tema presente nos livros didáticos, a definição conceitual emerge como algo relevante em ambos os livros, inclusive, a questão das migrações nas suas variadas formas apresenta-se como um tema atraente. Contudo, defendemos que para trabalhar esse tema torna-se necessário a superação da visão neoclássica que comumente explica esse fenômeno como um direito individual de ir e vir. Desse modo, as migrações podem ser entendidas como um mecanismo natural de ajuste destinado a eliminar os desequilíbrios entre as regiões, países, cidades, etc.

Nesse sentido, entendemos que os motivos que levam as pessoas migrarem é mais importante do que entender o conceito em si. Esses movimentos são primordiais para que se possa entender não só a dinâmica interna do país, mas os motivos pelos quais as pessoas migram e, assim, entender as políticas de planejamento e desenvolvimento de uma área ou nação. A identificação dos grupos mais propensos à migração está associada a maior parte das vezes aos fatores de expulsão e atração, que podem ter causas diversas e precisam ser abordados em sala de aula.

Acreditamos que é possível trabalhar os conteúdos de Geografia da População de uma maneira crítica, sem tanta ênfase na descrição e nos dados numéricos. Todavia, ressaltamos a necessidade de análises mais aprofundadas, especialmente em relação às abordagens dos conteúdos populacionais normalmente organizados em: crescimento demográfico, taxa de natalidade, taxa de mortalidade, teorias demográficas, entre outras. As pirâmides etárias, os gráficos, as tabelas, os mapas, enfim as diferentes linguagens utilizadas para explicar esse conteúdo se forem exploradas poderão propiciar uma aprendizagem significativa acerca do conteúdo trazido nos livros didáticos.

Desse modo, entendemos que ao abordar a questão da população na escola, há uma teia de relações, que precisam ser valorizadas. Para isso, propomos que os conteúdos populacionais apresentados nos livros didáticos sejam mediados por categorias de análise como: contradição, dialética, mediação, luta de classes, trabalho, ou seja, que sejam trabalhados por meio de uma leitura crítica do mundo, na qual os alunos e, também, professores se reconheçam enquanto sujeitos da história.

## Considerações finais

Com este trabalho objetivamos contribuir para a reflexão acerca da Geografia da População e seu ensino e, também, procuramos discutir como a Geografia vem trabalhando com os temas populacionais no âmbito escolar. Para isso, buscamos em alguns autores e na análise dos livros didáticos citados identificar as possibilidades e limites ao se trabalhar com a temática da população.

Entendemos que o ensino da Geografia da População não se trata de transmissão de um conhecimento pronto, ao se trabalhar com a população em sala de aula avaliamos que é necessário ir além dos dados estatísticos. O emprego de metodologias diversificadas pode contribuir para que o processo de ensino e aprendizagem ocorra de modo satisfatório. O esforço em redigir esse texto residiu no fato que a população tanto na escola quanto na universidade vem perdendo espaço tanto enquanto área de pesquisa quanto como conteúdo, e isso de certo modo nos inquieta, pois acreditamos que a Geografia tem muito a contribuir com as análises populacionais, por isso que quanto antes for despertado o interesse pelo assunto talvez tenhamos futuramente estudos populacionais organizados a luz do pensamento geográfico contemporâneo, com todas as vicissitudes e possibilidades existentes.

Ainda que os estudos efetivados no campo da disciplina de Geografia da População tenham acenado que cada área do conhecimento possui uma metodologia específica, há muitos fatores que precisam ser analisados quando nos dedicamos ao estudo de uma temática em particular. Dito isso, é importante assinalar que a Geografia deve buscar tomar conta daquilo que lhe compete ou ao menos

deveria lhe incumbir, em relação aos estudos populacionais. Sem com isso negligenciar a questão da interdisciplinaridade, entendida aqui como uma possibilidade interessante e importante na atribuição de maior dinamicidade aos estudos populacionais na Geografia.

Nesse sentido, a preocupação em entender a Geografia da População enquanto um conteúdo escolar levou-nos a analisar os livros didáticos o que nos permitiu verificar que apesar da ênfase nos dados quantitativos, salvaguardado, inclusive a importância desses, é importante salientar que ao trabalhar com as questões populacionais a problematização é um viés importantíssimo. Entendemos que é importante fazer com que os alunos percebam que quando falamos de população estamos nos referindo a fenômenos e/ou situações que afetam a todos. Desse modo, a contribuição da Geografia é imprescindível, pois além de localizar, quantificar e conceitualizar os temas populacionais, por meio das aulas de Geografia é possível atribuir potência às análises na medida em que ao resgatar os saberes pré-existentes, problematizá-los, instrumentalizá-los e sistematizá-los, rompemos com a relação conteúdo-conteúdo e avançamos para a relação sujeito-conteúdo-sujeito, promovendo quiçá a práxis.

A forma como são ensinados os conteúdos populacionais, revela-nos mais uma vez que qualquer conteúdo geográfico trabalhado ganha projeção e importância à medida que são inseridos na realidade em que vivemos. E uma abordagem respaldada numa metodologia mediadora e dialética promove uma aprendizagem significativa, o que para muitos é um dos objetivos a ser alcançado na escola, fazer com que o senso comum (aquilo que o aluno sabe) se transforme em conhecimento elaborado (aquilo que o aluno passa a conhecer de modo sistematizado) mediado pela ação do professor.

Enfim, a Geografia da População enquanto área de conhecimento ou conteúdo escolar é algo dinâmico e precisa ser problematizado, para que os imbrólios nos quais as análises populacionais estão inseridas sejam revelados e compreendidos e, assim, um conteúdo que aparentemente pode parecer estéril, certamente frutificará.

## Referências

ARAÚJO, Regina & MAGNOLI, Demétrio. Reconstruindo muros: crítica à proposta curricular de Geografia da CENP, SP. In: **Terra Livre**, nº 8, São Paulo, 1991.

AZEVEDO, Aroldo de. **Geografia do Brasil**. Volume Único de 5ª a 8ª série, 1951.

CARVALHO, Carlos Delgado de. **Geografia regional do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1943.

\_\_\_\_\_. O ensino de geografia no curso de humanidades. In: **Boletim Geográfico**, ano I, nº 10, janeiro de 1944.

CHANDNA, R.C. & SIDHU, M.S. **Introduction to Population Geography**, N.Delhi, Kalyani Publishers, 1980.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Diário Pessoal, Autobiografia e Fontes Orais: a Trajetória de Pierre Deffontaines. **XXII Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu, 1998. Disponível em: <http://ivairr.sites.uol.com.br> acesso em 20 de janeiro de 2012.

DAMIANI, Amélia Luísa. **População e Geografia**. São Paulo, SP: Contexto, 2008.

GEORGE, Pierre. **Introduction à Étude Géographique de la Population du Monde**. Paris: Institut National d'Études Démographiques, 1951.

\_\_\_\_\_. **Geografia da População**. São Paulo: Difel, 1971.

\_\_\_\_\_. **Sociologia y Geografia**. Barcelona: Península, 1974.

GEORGE, Pierre & GUGLIELMO, Raymond & KAYSER, Bernard & LACOSTE, Yves. **A Geografia Ativa**. São Paulo: Difel, 1966.

GUIDUGLI, Odeílber Santos. **Pesquisando e Ensinando a pesquisar na temática populacional**. Texto Apresentado ao Concurso de Livre-Docência na Disciplina Análise Populacional – IGCE – UNESP – Rio Claro, 1997.

KIMURA, Shoko. **A Geografia no Ensino Básico**. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. Território de Luzes e Sombras: a proposta de Ensino de Geografia da CENP. In: **Terra Livre**, n. 32, São Paulo, 2009.

LACOSTE, Yves. **A geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 3ª ed. Campinas, Papirus: 1993

MELEZIN, Abraham. Trends and Issues in the Soviet Geography population. **Anuais of the Assoc. of American Geographers**, 1963, p. 144 -160.

MORAES, Antonio Carlos Robert. de “As propostas Curriculares Oficiais: análise da proposta da CENP de Geografia” IN: BARRETO, E. S. de Sá. **As propostas curriculares oficiais**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1995.

MORMUL, Najla Mehanna. As Abordagens sobre População na Geografia Brasileira (1934-2010): permanências, transformações e rupturas. 2013. 340 f. **Tese** (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá/UEM. Maringá.

MOREIRA Rui. **O discurso do avesso** – para a crítica da geografia que se ensina. Rio de Janeiro: Dois Pontos Editora, 1987.

PIRES, Valquíria & BELLUCCI, Beluce. **Projeto Radix: geografia, 7ºano**. São Paulo: Scipione, 2009.

POKSHISHEVSKIY, V.V. **Population Geography in the USSR**. Moscow: Institute of Scientific Information, 1966.

ROCHA, Genilton Odilon Rêgo. Delgado de Carvalho e a Orientação Moderna no Ensino da Geografia Escolar Brasileira. In: **Terra Brasilis**, n° 1, 2000.

\_\_\_\_\_. Uma breve história da formação do (a) professor (a) de Geografia no Brasil, In: **Terra Livre**, São Paulo, n° 15, 2000.

SAVIANI, Demerval. O legado educacional do regime militar. In: **Caderno Cedes**, Campinas, vol. 28, n° 76, set./dez., 2008.

TREWARTHA, Glenn Thomas. The case for population Geography. **Ann. of. Assoc. of Am. Geographers**, 1953, p. 71-97.

VEDOVATE, Fernando Carlo. **Projeto Araribá Geografia, 7º ano**. 3.ed. São Paulo: Moderna, 2010.

VESENTINI, José William. O método e a práxis. In: **Terra Livre**, n° 2, São Paulo, 1987.

VLACH, Vânia. **A propósito do Ensino de Geografia: em questão, o Nacionalismo Patriótico**. Dissertação de Mestrado. FFLCH: USP, São Paulo, 1988.

ZELINSKY, Wilbur. **Introdução à Geografia da População**. Rio de Janeiro, Zahar, 1969.

## Correspondência

**Najla Mehanna Mormul**

**E-mail:** najlamehanna@gmail.com

Recebido em 16 de maio de 2015.

Revisado pelo autor em 18 de agosto de 2015.

Aceito para publicação em 27 de agosto de 2015.